

1 Nos dias 11 e 12 de dezembro de dois mil e seis na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio
2 Genético – DPG, situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 21ª
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. No primeiro dia estavam
4 presentes os seguintes membros da Comissão: Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio**
5 **Ferreira de Souza Dias** (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sra.
6 **Iolita Bampi** (suplente) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
7 Naturais Renováveis - IBAMA; Srs. **Rogério Pereira Dias** (titular) e **José Francisco Montenegro**
8 **Valls** (suplente), representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
9 Sra. **Ione Egler** (titular), representante do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT; Sra. **Fani**
10 **Mamede** (suplente), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. **Luiz**
11 **Antônio Dombek** (suplente), representante do Ministério da Integração – MI; Sr. **André Costa**
12 **Misi** (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Sras. **Sônia Machado**
13 **de Campos Dietrich** (titular) e **Nanuza Luiza de Menezes** (suplente), representantes da Academia
14 Brasileira de Ciências - ABC; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente), representante da Associação
15 Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; Sra. **Eliane Anjos** (titular),
16 representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sra. **Grace Dalla Pria Pereira**
17 (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sra. **Ivaneide Bandeira**
18 (titular), representante das Organizações Não-Governamentais Ambientalistas indicada pelo Fórum
19 de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Sr. **José Alberto de**
20 **Lima Ribeiro** (titular), representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE e o Sr.
21 **Miguel Pedro Guerra** (Titular), representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
22 - SBPC. Os seguintes convidados estavam presentes à reunião: Sr. **Lídio Coradin** (MMA), Sr.
23 **Onildo João Marini Filho** (IBAMA), Sr. **José Alberto Rodrigues dos Santos** (CNI); Sra.
24 **Patrícia Siqueira de Medeiros** (MD) e Sra. **Mariana Cavalcante** (PATRI). Também estavam
25 presentes na reunião as Sras. **Gláucia Jordão Zerbini** e **Marina Landeiro** da Secretaria Executiva
26 da CONABIO. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2.**
27 **APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DAS ATAS DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA;**
28 **4. DISCUSSÃO: 4.1 Discussão sobre planejamento e funcionamento da CONABIO; 5.**
29 **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 5.1 Calendário de Reuniões da CONABIO para 2007;**
30 **5.2 Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010; 6. ASSUNTOS GERAIS; 7.**
31 **ENCERRAMENTO.** O Sr. **Paulo Kageyama** iniciou a reunião às 10h45 submetendo a pauta para
32 aprovação, sendo esta, aprovada por unanimidade. A Ata da 19ª Reunião Ordinária foi aprovada
33 com correções. O calendário das próximas reuniões da Comissão para 2007 também foi aprovado
34 por unanimidade. A pedidos da Sra. **Eliane Anjos** e dos demais representantes da Sociedade Civil,

35 foi agendada uma reunião no próximo dia 26 de fevereiro de 2007 para discutir como tornar mais
36 efetiva sua participação na CONABIO. Foi explicado que esta seria uma demanda requisitada há
37 algum tempo porém que não havia sido bem compreendida, visto que os membros da sociedade
38 civil reivindicaram uma reunião entre eles, sem a presença dos demais representantes do Governo e
39 sem nenhum outro item em pauta. A confusão foi gerada, segundo explicou a Sra. **Fani Mamede**,
40 pela existência de outros pedidos, nos dois anos anteriores, de um planejamento da proposta anual
41 da CONABIO. Sobre o calendário de reuniões para 2007, o Sr. **Rogério Dias** comentou que
42 precisaria compatibilizar também com outros dois Fóruns que também são da Secretaria de
43 Biodiversidade e Florestas, o CONACER e o CGFOP. O Sr. **José Francisco Valls** pediu que fosse
44 verificado se a reunião de setembro não irá coincidir com a data do 5º Congresso Brasileiro de
45 Áreas Protegidas, porque parece que este está previsto também para setembro e poderá ter uma
46 interferência. O Sr. **Paulo Kageyama** colocou em votação o calendário que foi aprovado por
47 unanimidade. O Sr. **Braulio Dias** deu uma explicação geral sobre o relatório do Seminário realizado
48 em outubro sobre definição de metas nacionais de biodiversidade para 2010 e como a riqueza de
49 informações foi trabalhada e resumida. Para resumo das informações sobre cada tema foram
50 discutidos três aspectos: dados da situação no ano-base 2002; propostas de cenários para 2010; e
51 metas. Com referência ao ano base, tentou-se sumarizar duas situações: o Estado e a as tendências,
52 quer dizer, qual era a situação exata no ano 2002 ou próximo que servisse como ano-base e qual era
53 a tendência nos anos próximos. Sempre que possível tentou-se sistematizar as informações por
54 bioma. Depois foram resumidas as informações sobre propostas de cenários para 2010,
55 considerando três cenários alternativos: um cenário pessimista, um intermediário que seria só o
56 prolongamento das tendências atuais e um cenário otimista. Finalmente pediu-se aos palestrantes
57 que propusessem metas para 2010 com base nesses cenários e olhando também as metas globais
58 para 2010 aprovadas pela Convenção. O Sr. **Braulio Dias** explicou que caberia à CONABIO
59 apenas deliberar sobre metas para 2010 e que o MMA não estaria contando que a Comissão
60 aprovasse tudo. Comentou que uma semana antes houveram discussões internas dentro do
61 Ministério e a partir dessas discussões, foi gerado um documento intitulado “Tabela com propostas
62 de metas nacionais de biodiversidade para 2010 e resumo das metas globais aprovada pela COP da
63 CDB”. A tabela foi organizada por tema de acordo com os componentes da Política Nacional de
64 Biodiversidade, procurando-se mostrar a correspondência com as áreas focais da CDB nas decisões
65 7/30 e 8/15. Em alguns casos, onde havia muita diferença entre Biomas foram feitas propostas
66 diferenciadas, com metas distintas. Finalizou dizendo que se tratava de uma proposta do MMA que
67 começaria a ser discutida naquela reunião. O Sr. **Paulo Kageyama** lembrou que o começo das
68 discussões sobre o Relatório de Metas seria à tarde. A Sra. **Ione Egler** parabenizou o trabalho de

69 compilação das metas, porém reclamou do prazo de envio dos documentos, alegando que muitas
70 metas precisariam ser discutidas internamente no seu ministério, e que não houve tempo hábil. O Sr.
71 **Braulio Dias** esclareceu que o documento para avaliação pela Comissão foi enviado dentro do
72 prazo regimental, e que a tabela que foi distribuída se tratava de um documento gerado nas
73 discussões internas do MMA, sendo esta, uma consolidação da posição do Ministério sobre as
74 metas. A Sra. **Ione Egler** registrou que adotaria uma posição moderada sobre as propostas do MMA
75 em relação àquelas que saíram do Seminário e que já haviam sido discutidas. A Sra. **Grace Pereira**
76 argumentou que mesmo o MMA possuindo a prerrogativa de propor metas quantitativas,
77 considerava este fato complicado por existirem Estados da Federação onde estas percentagens irão
78 ter rebatimento, por não terem tido tempo de internalizá-las em nível estadual. O Sr. **José Francisco**
79 **Valls** parabenizou o trabalho do MMA, porém realizou críticas à meta 2, relacionada às paginas 25
80 e 39 do documento. O Sr. **Wilson Loureiro** louvou a iniciativa de discutir finalmente a questão de
81 metas, porém confessou que não se sentia em condições de discutir a maioria das propostas e que
82 teria que crer nos especialistas chamados durante o processo de elaboração das metas. Demonstrou
83 sua preocupação com o compromisso na aprovação de metas sem o devido esclarecimento, como
84 representantes da sociedade civil e dos estados. O Sr. **Paulo Kageyama** comentou sobre a
85 discussão do PPA no início de 2007 e esclareceu que o MMA se preocupou com que as metas
86 auxiliassem na definição de prioridades para este novo PPA. Explicou também que o MMA se
87 reuniu e consultou especialistas com objetivo de cobrir as lacunas deixadas após o Seminário. A
88 Sra. **Grace Pereira** questionou até que ponto os estudos do PROBIO haviam sido realmente
89 concluídos e utilizados como insumos do Seminário. Cobrou a Ata deste evento visto que se tratava
90 de uma Reunião Ordinária da CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** comentou sobre a organização das
91 mesas do Seminário e inclusão dos coordenadores dos projetos como palestrantes. Também
92 explicou que a Ata da reunião estava sendo elaborada e que seria encaminhada para os membros na
93 próxima reunião. A Reunião foi interrompida para almoço. O Sr. **Paulo Kageyama** recomeçou a
94 Reunião às 14h39 sugerindo que fosse seguida a tabela proposta pelo MMA para discussão das
95 metas. A Sra. **Grace Pereira** solicitou um tempo para fazer um breve relato sobre a Reunião
96 realizada entre alguns representantes da sociedade civil durante o intervalo do almoço. Foram
97 discutidos os seguintes assuntos: funcionamento da CONABIO e apresentação de documentos, onde
98 se levantou a questão da dificuldade de entendimento do Relatório do Seminário Nacional e o prazo
99 dado para análise dos documentos; crítica sobre a forma de construção do Seminário, sendo dado o
100 exemplo do PAN-Bio, que teve uma construção participativa em 4 etapas; questionaram o porquê
101 do Seminário não ter sido incluído no Terceiro Relatório Nacional e por que não foi utilizado o
102 modelo do PAN-Bio; questionaram do ponto de vista de resultados apresentados porque que as

103 diretrizes, prioridades e todo o trabalho árduo para realização do PANBIO não foi considerado no
104 Seminário, visto que este trabalho apesar de não ter resultado em metas específicas, resultou em
105 indicadores muito específicos e esses indicadores não foram apropriados nos resultados do
106 Seminário; a decisão da CONABIO sobre o PAN-Bio caberia à CTP PAN-Bio detalhar produtos,
107 prazos, metas, fases, orçamentos e atores responsáveis envolvidos na sua implementação; falta de
108 descrição de outras ações governamentais em curso, que podem ter uma convergência a questão de
109 metas para biodiversidade, prescindindo um cotejamento ou talvez uma matriz referencial de todos
110 esses planos devido duplicidade; não se sentiam à vontade com a aprovação do plano de metas e
111 demonstraram sua preocupação com os estados que deveriam ter sido consultados. O Sr. **José**
112 **Ribeiro** comentou que durante o Seminário teve a impressão de que faltou tempo para a plenária e
113 que para se tratar metas deveria ser estabelecida as competências dos Governos Federal, Estadual e
114 Municipal. Explicou que com esta preocupação acharam mais um motivo de cautela na hora de
115 aprovar ou não algumas propostas. O Sr. **Miguel Guerra** lembrou que outra questão que surgiu
116 durante a reunião foi a quantificação das metas, se os percentuais apontados eram provenientes da
117 CDB, se seriam resultados de experimentos e relatórios e como torná-los exequíveis. A Sra.
118 **Ivaneide Bandeira** reclamou que não teve tempo suficiente para análise dos documentos, que
119 acreditava que deveriam ser considerados também os resultados dos Seminários sobre Áreas
120 Prioritárias e que deveria ser seguido o princípio da precaução. A Sra. **Sônia Dietrich** considerou os
121 percentuais propostos aleatórios e questionou quais seriam as estratégias utilizadas para se atingir as
122 metas propostas. A Sra. **Eliane Anjos** disse que analisar o trabalho da tabela foi interessante porque
123 deu clareza aos resultados do Seminário, questionou como seriam discutidos os percentuais
124 atribuídos para cada meta e levantou a necessidade de se fazer uma matriz de correlação com os
125 objetivos, e indicadores propostos no PANBIO. O Sr. **Wilson Loureiro** questionou como julgar os
126 percentuais propostos e como articular com os Estados de modo a assegurar um compromisso em
127 relação às metas propostas. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu os questionamentos levantados
128 inicialmente compartilhando com todos a preocupação da responsabilidade desta decisão. Explicou
129 que este foi um esforço feito a partir de 2002 para tentar colocar as Instituições Internacionais e os
130 governos alinhados com a obtenção de resultados mais palpáveis de avanço com relação à
131 implementação da Convenção. Uma grande crítica feita à Convenção é de que esta não possuía
132 metas. Assim, a Convenção procurou corrigir isto a partir de 2002 com o plano estratégico e com a
133 adoção de metas para 2010 se dará início ao processo de se trabalhar com o tema biodiversidade de
134 forma mais objetiva. Argumentou que a questão de se adotar metas quantitativas sempre foi sentida
135 dentro da Convenção como algo importante e nesse sentido, para atender esta demanda de definição
136 de metas nacionais não se pode demorar demais. Lembrou que o instrumento principal no Governo

137 Federal para assegurar recursos é o PPA e que 2007 é o ano de encerramento do PPA atual e
138 discussão, negociação e aprovação do novo PPA para 2008/2011. Enfatizou a importância de se ter
139 estas metas antes do fechamento das negociações do PPA, para assegurar mais recurso e chegar
140 com mais argumentos e instrumentos na mesa de negociação no Ministério do Planejamento. Em
141 relação aos percentuais, lembrou que o assunto já havia sido discutido duas vezes, em 2004 e 2005,
142 sobre metodologias para definição de metas nacionais e que foi decidido no momento do fechar o
143 Terceiro Relatório sem a parte de metas, para poder enviá-lo em tempo hábil, mas indicando que o
144 Brasil ainda não tinha definição de metas e assim que tivesse comunicariam a Convenção
145 completando o relatório. Naquela época foram discutidas algumas idéias de como avançar na
146 elaboração das metas e houve consenso na CONABIO de uma orientação no sentido de que deviam
147 primeiro concluir alguns estudos importantes do PROBIO, segundo ter-se as avaliações de cenários,
148 trabalhando com três cenários: um intermediário, que seria simplesmente a prorrogação das
149 tendências atuais, um cenário pessimista por problema de ordem de orçamento, de recursos
150 humanos, econômicos ou políticos e um cenário otimista onde tudo isso fosse positivo. Esta decisão
151 foi aprovada pela CONABIO em 2005. Esclareceu que o Ministério trabalho no sentido de concluir
152 os estudos do PROBIO e no documento de metas proposto pelo MMA foram utilizados estes
153 resultados. Com exceção dos estudos contratados sobre recursos genéticos, que não ficaram prontos
154 em tempo. Foi esclarecido também que todos tiveram 15 dias para analisar os documentos e que
155 este prazo era mais que tempo hábil para esta tarefa. Sobre a questão dos Estados, o Sr. Braulio
156 Dias considerou importante se tomar o cuidado de atentar para o fato de que não estão sendo
157 propostas metas para os Estados, e sim metas nacionais e para os Biomas. Lembrou que isto está
158 dentro da atribuição do Governo Federal e das atribuições da CONABIO. Caso um Estado queira
159 fazer um exercício semelhante para definir metas estaduais, se existir um conjunto de metas
160 nacionais aprovadas, o Estado poderá utilizar isto como base para discutir e aprovar metas
161 estaduais. A Sra. **Grace Pereira** retornou à questão do PAN-Bio que foi concluído em agosto de
162 2005 e questionou o fato das metas terem ficado de fora naquele momento, pois se estas eram
163 importantes para o próximo PPA, deveria ter sido colocada na pauta da CONABIO. O Sr. **Braulio**
164 **Dias** explicou que este tema está na pauta e faz parte da orientação da CONABIO desde 2004/2005.
165 A Sra. **Grace Pereira** questionou porque um Seminário de dois dias estaria propondo essas metas
166 se era função da Câmara Técnica de acompanhamento do PAN-Bio e se foi resolvido fazer de outra
167 forma. Estaria esvaziando a função da CONABIO. Argumentou que o estabelecimento de metas era
168 realmente importante, mas que todos os insumos disponíveis deveriam ser utilizados, dentre eles, o
169 PAN-Bio. O Sr. **José Francisco Valls** esclareceu que as metas propostas pelo MMA seguiram o
170 modelo quantitativo da CDB e o Sr. **Paulo Kageyama** explicou que o objetivo do PAN-Bio não foi

171 de definir metas e sim a estratégia de implementação. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu ao Sr. **José**
172 **Francisco Valls** que ao aprovar as deliberações da COP significava que apoiava a adoção de metas
173 globais, mas não que estas seriam igualitárias para todos os países. Explicou que o PAN-Bio
174 aprovou objetivos prioritários e indicadores preliminares, mas não houve quantificação e não
175 substituiu a demanda que das deliberações da Convenção de adotar metas nacionais. A Sra. **Eliane**
176 **Anjos** sugeriu que fossem distribuídas cópias da publicação do PAN-Bio para os membros e também
177 que se pudesse sugerir algumas metas adicionais às globais. O Sr. **Braulio Dias** concordou com a
178 ressalva de que estas metas deveriam ter uma correlação com os temas propostos pela CDB. O Sr.
179 **Paulo Kageyama** deu início à discussão das metas cotejando com o PAN-Bio. A Sra. **Grace**
180 **Pereira** pediu que deixasse registrada a questão da Câmara Técnica que não foi implementada e
181 que a CONABIO deveria ser coerente com as próprias decisões acatadas, solicitando que isso não
182 se repetisse. A discussão começou pelo Componente 1 – Conhecer e documentar a biodiversidade,
183 meta 1.1, sendo explicadas as 4 colunas da tabela proposta pelo MMA. O Sr. **José Francisco Valls**
184 pediu que fosse substituído “espécies conhecidas” por “espécies formalmente descritas”. O demais
185 membros levantaram a necessidade de se especificar animais vertebrados e invertebrados e a
186 criação de bancos de dados permanentes na redação. Também foi acatado que todas as metas
187 fossem redigidas no participio passado. Na meta 1.2 o Sr. **Braulio Dias** explicou que o objetivo era
188 de dobrar o esforço na descrição de espécies novas com base no resultado da discussão que ocorreu
189 na COP 8. Foi discutida uma forma de equacionar a meta, sendo citados os trabalhos de inventário
190 desenvolvidos pelo Sr. **Thomas Lewinson**. O Sr. **José Francisco Valls** propôs que em vez de
191 dobrar a taxa seria o correto aumentar em 50% essa taxa até 2010. Também sugeriu desmembrar a
192 meta em pelo menos três e não ampliar em 50% a coleta de espécies forçando uma mudança de
193 postura. Ampliar em 50% a taxa de descrição de organismos novos. Depois de muita discussão
194 sobre a necessidade de incremento no número de inventários, taxonomistas, coleções resolveu-se
195 deixar apenas a proposta de aumentar em 50 % o acervo científico com ênfase na descrição de
196 espécies novas e de se pensar numa meta de criação de um Programa Nacional de Taxonomia. Na
197 meta 1.3 foi discutida a questão do Programa Biota Brasil que já existe na internet sendo sugerido
198 constar o real objetivo de criação do Instituto Virtual da Biodiversidade. Após alguma discussão
199 sobre a diferença entre biomas resolveu-se explicitar na redação que o Instituto Virtual da
200 Biodiversidade seria criado e o PPBio expandido para os demais biomas, além da Amazônia e
201 Caatinga. A respeito da meta 2.1 foram realizados os seguintes questionamentos: de onde teria saído
202 o valor percentual; porque incluíram os Estados se as metas são Federais, e já que foi feito, porque
203 não foram incluídos os municípios; porque não tratar do SNUC como um todo e se o percentual se
204 referia às unidades de conservação efetivamente implementadas. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que

o Sr. **Maurício Mercadante** apresentou sua palestra no Seminário utilizando basicamente os dados dentro do SNUC, das unidades gerenciadas pelo Governo Federal, IBAMA e Estados e não incluiu a parte de Municípios porque não tinha esse cadastro de uma forma bem feita. Apenas para a Amazônia tinham dados mais precisos sobre a criação de novas áreas no nível estadual. Se fossem considerados todos os outros Biomas fora da Amazônia à contribuição de Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica era muito importante em termos de área geográfica do que pampa e Pantanal. Enfatizou que a intenção não era apenas criação de unidades do conservação no papel, mas uma mobilização para implementar estas áreas. Após os esclarecimentos, decidiu-se por uma redação mais ampla visto que não se encontravam disponíveis dados sobre os municípios. A Sra. **Grace Pereira** lembrou que a Lei do SNUC é Nacional e não é uma Lei Federal que dá a União a prerrogativa de impor ao que quer que seja nos Estado e Municípios, estado estes acobertados a fazer as suas propostas individuais em relação ao que quer que seja no tocante a metas, em qualquer área de política pública, inclusive, na área de biodiversidade. A Sra. **Ivaneide Bandeira** rebateu alegando que deve ser imposto visto que a maioria das terras dos Estados são terras da União e não tem regularização fundiária. Resolveu-se retirar da redação final a especificação federais e estaduais, de Proteção Integral e de Uso Sustentável deixando apenas “pelo sistema nacional de unidade de conservação”. A reunião no dia 12 de dezembro de 2006 iniciou às 08h30, voltando à discussão da meta 2.1. A Sra. **Ivaneide Bandeira** retomou novamente a discussão de que a questão das terras indígenas deveria ser explicitada nesta meta, visto que o ARPA não implementa unidade que seja sobreposta à terra indígena. O Sr. **Braulio Dias** explicou os mecanismos para se resolver a questão de sobreposição de terras indígenas já estão sendo viabilizados pelo ARPA e que isto não inviabiliza as metas que foram propostas, considerando o SNUC. A Sra. **Eliane Anjos** compartilhou desta aflição acreditando ser muito problemático desafiar o país para que garantir 30% do bioma da Amazônia e 10% dos demais biomas efetivamente conservados, questionando se estes percentuais seriam alcançados excetuando-se as unidades de conservação que estão inseridas em terras indígenas. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que o assunto estava *sub judice* e que existiam fóruns especiais para sua discussão disto. A Sra. **Ivaneide Bandeira** concordou com a Sra. **Eliane Anjos** que deveria estar claro na redação da meta “excetuando-se as áreas de sobreposição com terras indígenas”. Houve algumas manifestação contrárias à esta segregação na meta e o Sr. **Paulo Kageyama** colocou as duas redações em votação, ficando decidido pela maioria que a melhor proposta era aquela sem segregação. Passou-se à discussão da meta 2.2. O Sr. **José Francisco Valls** observou que a situação nesta meta era completamente diferente da anterior, visto que nesta, o objetivo era de proteger e não necessariamente o controle do SNUC Disse ainda que acreditava que neste caso não se poderia restringir à esfera federal, ou estadual, ou terra indígena, devendo ser

239 abrangidos todos os sistemas, o que teve a concordância da Sra. **Ivaneide Bandeira**, questionando-
240 se apenas o percentual. O Sr. **Braulio Dias** solicitou que a Sra. **Ivaneide Bandeira** propusesse
241 então uma redação e explicou que o percentual foi adotado considerando-se um patamar mínimo,
242 para evitar contabilizar áreas muito pequenas e para isso, considerou-se as terras indígenas, pelo seu
243 número significativo. Concordou com a colocação do Sr. **Valls** de adotar a concepção mais ampla
244 de áreas protegidas da convenção e sugeriu uma redação que considerasse a proteção total ou
245 parcial das áreas prioritárias para conservação, dentre unidades de conservação do SNUC, terras
246 indígenas ou terras de quilombolas. A Sra. **Iolita Bampi** questionou como se garantiria a
247 implementação da conservação destas áreas e o Sr. **Braulio Dias** esclareceu que seriam adotadas
248 três categorias, a vermelha, a laranja e a amarela, com três gradientes de prioridades e que o Brasil
249 estava mais avançado em relação à maioria dos demais países, pois já concluiu os estudos de áreas
250 Prioritárias. A Sra. **Eliane Anjos** lembrou dos indicadores propostos pelo PAN-Bio sobre este tema.
251 O Sr. **Braulio Dias** argumentou que deveriam ousar mais na meta já que iriam colocar um
252 qualitativo, sugerindo exigir que necessariamente 100% das áreas prioritárias para conservação
253 tenham áreas protegidas, unidades de conservação, etc, ou pelo menos dois terços de proteção
254 assegurada, tendo-se um avanço em termos de implementação. Houve discussões sobre o percentual
255 justo e a efetiva implementação das áreas. O Sr. **Braulio Dias** defendeu também o ato de criação de
256 áreas protegidas, pois estudos mostraram que mesmo se uma unidade de conservação ou terra
257 indígena não está efetivamente, totalmente, implementada, o ato de assegurar a criação e a
258 destinação da área, tem um impacto profundo. Lembrou que não era o objetivo o componente de
259 conservação da biodiversidade e resolver problemas de comunidades indígenas ou quilombolas
260 sobre seus direitos a terras, etc, e sim contribuir para criação e estabelecimento de áreas para a
261 conservação da biodiversidade. Questionou-se por deixar a redação mais ampla e decidiu-se
262 acrescentar a expressão “Proteção da biodiversidade assegurada em pelo menos dois terços das
263 Áreas Prioritárias...”, sendo aprovada por unanimidade. Após alguma discussão e entrando num
264 acordo sobre o percentual de 10%, a meta 2.3 foi aprovada com pequena correção, substituindo a
265 palavra “adicionais” por “integradas”. O Sr. **José Francisco Valls** fez esclarecimentos pertinentes
266 sobre Planos de Ação e, após algumas colocações voltou-se à meta 2.4, que foi aprovada sem
267 alterações. Em relação a meta 2.5, a Sra. **Ivaneide Bandeira** questionou se a o valor de 100% era
268 referente às espécies ameaçadas conservadas em áreas protegidas, demonstrando sua preocupação
269 em alcançá-la e implementá-la. O Sr. **José Francisco Valls** concordou também com a meta, porém
270 argumentou que se ela propõe garantir dois terços das áreas, automaticamente se considera que
271 existam espécies ameaçadas fora deste valor e que não serão protegidas. Sugeriu que para não
272 incorrer em erros de interpretação acrescentar entre “ameaçadas” e “conservadas” a palavra

273 “efetivamente”. O Sr. **Paulo Kageyama** atentou que a meta se propunha a conservar efetivamente
274 100% das espécies ameaçadas. A Sra. **Iolita Bampi** e o Sr. **José Francisco Valls** consideraram a
275 meta muito ousada, questionando um pouco sua viabilidade. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que a
276 meta se tratava de conservação in situ e que o MMA considerava esse valor viável, falando do
277 Plano lançado pela Sra. **Ministra Marina Silva** sobre Extinção Zero. O Sr. **Miguel Guerra**
278 argumentou que atualmente existe uma lista com 108 espécies ameaçadas e que se não existir a
279 garantia de proteção de 100%, ficaria reconhecida a incapacidade e a falência de um sistema de
280 conservação, o que foi apoiado pela Sra. **Sônia Dietrich**. O Sr. **Braulio Dias** acrescentou que a
281 meta significa um objetivo quantitativo que se propõe que seja alcançado, podendo ser que não se
282 alcance 100% de algumas metas, mas indica aonde se quer alcançar e a mobilização de meios para
283 se chegar lá. A meta foi aprovada desta maneira após muita discussão. A meta 2.6 foi aprovada sem
284 nenhuma argumentação. O Sr. **José Francisco Valls** se manifestou favorável à meta 2.7 visto se
285 tratar de uma forma de evitar que plantas entrem nas listas, sendo aprovada por unanimidade. A
286 meta 2.8 foi estabelecida de modo diferente em termos de interpretação e de valores. O Sr. **José**
287 **Francisco Valls** argumentou que assim como houve uma promessa política de que 100% do que
288 está ameaçado de extinção seja conservado no país, há uma meta para plantas de proteção de 60% e
289 que como sendo meta global, seria vergonhoso o Brasil não cumprir o seu 60%. Disse que o País
290 tem condição de realizar isto ex situ e que uma das formas de garantir que não seja preciso
291 favorecer coleta é garantir que tudo vai está conservado in situ. A Sra. **Sônia Dietrich** concordou e
292 acrescentou que não só pelo fato de poderem desaparecer as coleções in situ, mas também de se
293 qualquer manejo que se pretenda fazer tem-se que ter também as coleções ex situ, sendo esta a
294 maneira de poder-se estudá-las e manejá-las quando necessário. O Sr. **Braulio Dias** concordou com
295 as colocações e foi decidido seguir a meta de 60% proposta pela CDB. Foi esclarecido que os 10%
296 das espécies de plantas ameaçadas incluídas em programas de recuperação e restauração, seria
297 conservação ex situ e a meta foi aprovada. O Sr. **José Francisco Valls** propôs que se aumentasse
298 também a meta 2.9, adotando-se a meta global. Levantou-se a questão sobre as espécies migratórias
299 que deveriam constar no componente 3, sobre diversidade genética, e o Sr. **Braulio Dias** explicou
300 que não foi enviada nenhuma proposta do IBAMA neste sentido e solicitou que o Sr. **Onildo**
301 **Marini** fizesse esta proposição. O Sr. **José Francisco Valls** lembrou que ao se falar de diversidade
302 genética deve-se considerar não apenas plantas nativas e cultivadas, mas também espécies
303 introduzidas. O Sr. **Braulio Dias** chamou atenção para o número de acessos de material genético da
304 Rede Nacional de Recursos Genéticos e que no PROBIO os editais foram claros que não
305 objetivavam coletas, e sim levantamento de informações. A Sra. **Grace Pereira** questionou que o
306 comprometimento com uma meta de 70% em nível internacional era exequível, e se tinham

307 embasamento para implementar esse percentual. O Sr. **José Francisco Valls** falou que desde a
308 criação do Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos da Embrapa, houve uma constância
309 de sobrevivência das coleções adquiridas. Argumentou que como 70% é a meta global, o Brasil
310 deveria tentar atingi-la tanto como no caso de se chegar à extinção zero. Disse que o País possui
311 algumas das principais coleções do Mundo em matéria de plantas exóticas, dentro do que se
312 considera como variabilidade agrícola e que está sendo conservando em um nível muito alto a
313 variabilidade das espécies cultivadas., deixando-o numa condição bastante favorável. Sendo assim,
314 propôs a aprovação integral do texto da meta o que foi votado e aprovado por unanimidade. O Sr.
315 **Onildo Marini** seguiu o mesmo raciocínio para lembrar que existe cerca de cento e vinte espécies
316 migratórias que ocorrem no Brasil e em torno de 25% delas são consideradas ameaçadas, propondo
317 que constasse uma meta visando a criação de um plano de ação e implementação de um programa
318 de conservação para 60% destas espécies até 2010, e que 30% delas sejam contempladas com
319 programas de conservação. Verificou-se que não havia mais quorum e esta e algumas outras metas
320 foram apenas discutidas. O Sr. **Miguel Guerra** pediu para destacar a questão da meta 2.9 e pediu
321 para fazer uma proposta complementar, que poderia ser outra meta, sugerindo que 50% das 775
322 espécies priorizadas no projeto Plantas para o Futuro fossem conservadas na condição ex situ e on
323 farm. O Sr. **Lídio Coradin** esclareceu que muitas delas já estão sendo conservadas ex situ, e destas,
324 muitas também on farm, visto que muitas são prioritárias em vários estados e outras em âmbito
325 regional. O Sr. **José Francisco Valls** aproveitou para sugerir outra meta que 60% da diversidade
326 genética dos parentes silvestres brasileiros de plantas cultivadas de dez gêneros prioritários, fossem
327 efetivamente conservados in situ e/ou ex situ, explicando seu ponto de vista. A Sra. **Eliane Anjos**
328 chamou atenção para a falta de quorum cada vez maior e para a importância do assunto que estava
329 sendo discutido. O Sr. **Paulo Kageyama** propôs continuar a discussão na próxima reunião da
330 CONABIO nos dias 20 e 21 de dezembro, onde também seriam discutidos os resultados do
331 levantamento das Áreas Prioritárias para Conservação, solicitando um esforço coletivo para que
332 nessa data tivesse um número mínimo de representantes para terminar de discutir e votar o
333 Relatório de Metas para 2010. Foram feitos mais alguns esclarecimentos sobre as metas já
334 discutidas e o Sr. **Paulo Kageyama** interrompeu a reunião para o intervalo do almoço. Após o
335 intervalo, como não havia quorum para prosseguir a votação, a reunião foi encerrada às 14h50. Por
336 solicitação do presidente da mesa, eu, **Érica Frazão Pereira**, lavrei a presente ata.

337

338

339 **João Paulo Ribeiro Capobianco**339 **Braulio Ferreira de Souza Dias**

340 Presidente

340 Secretário Executivo